

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o (não) lugar da história do presente

Isadora Tavares Maleval¹

Resumo

O artigo pretende analisar alguns debates gerados a partir do *locus* de produção historiográfica do oitocentos no Brasil – o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – acerca de obras cujo foco seria a história do país, mas que apresentavam narrativas sobre fatos transcorridos havia poucos anos ou mesmo ainda em processo de execução. Para isso, são analisados pareceres emitidos, principalmente, por um dos mais notáveis sócios da instituição, além de professor da cadeira de História do Brasil do Colégio Pedro II: Joaquim Manuel de Macedo. A história do presente, segundo ele, não deveria ser matéria de obras de cunho historiográfico, devido à falta de imparcialidade que existiria nesse tipo de produção, a partir da ideia de que, quanto mais distante temporalmente do objeto de estudo, o historiador seria mais imparcial e, portanto, atingiria a *verdade* dos fatos narrados.

PALAVRAS-CHAVES: historiografia; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Joaquim Manuel de Macedo.

Abstract

The Brazilian Historic and Geographic Institute and the (non) place of the present history

This paper seeks to analyse some debates generated from the *locus* of historiographical production in Brazil in the 19th century: the Brazilian Institute of History and Geography. These debates centred on works whose focus was the country's history but presented narratives about events occurred a few years before or were still unfolding. For that purpose, will be herein analysed opinions issued mainly by one of the most prominent members of the aforesaid institution and history professor at Colégio Pedro II: Joaquim Manuel de Macedo. The history of the present, he claims, should not be a research theme for works of historiographical nature, due to the lack of impartiality which may affect such sort of analysis, this being inferred from the idea that the more chronologically detached the historian were from the subject matter, the less biased he would be and, therefore, able to reach the *truth* of the narrated events.

KEYWORDS: historiography; Brazilian Institute of History and Geography; Joaquim Manuel de Macedo.

O objetivo de narrar o advento da *nação brasileira* rendeu intensas discussões entre os grupos de letrados circunscritos na ambiência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), a instituição que levava em seu próprio nome a tarefa de traduzir os anseios de boa parte da elite política imperial em publicações voltadas para a história e a geografia, algo que pode ser visto através da própria *Revista* publicada pela instituição.

Segundo Manoel Salgado, o IHGB traria, em sua fundação, a preocupação de escrever uma biografia da nação brasileira. Isso porque o Brasil tentava mostrar-se naquele momento como uma nação civilizada, e o projeto da escrita de uma história nacional seria um dos pressupostos trazidos da Europa para que uma nação fosse vista como tal.² Em 1838, o Instituto foi inaugurado pela necessidade de se delinear um perfil para a nação brasileira, colocando para si a tarefa de desvendar o processo de gênese da nação, suas peculiaridades e, em última análise, produzir uma homogeneização da visão de Brasil no interior das elites brasileiras. Foi, ainda, através do IHGB que a historiografia nacional nasceu, não em oposição à colonização portuguesa, mas justamente em favor dela. A nação propagada pela história empreendida pelo Instituto se reconheceu enquanto continuadora de uma tarefa “civilizadora”, iniciada pela colonização portuguesa.³

Assim, com o reconhecimento de um contorno necessário ao país – conseguido através da geografia – e uma memória comum – com a história – seria possível transformar habitantes em um *povo*

¹ Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Lucia Maria Bastos Pereira das Neves. Pesquisa feita através de apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: isadoramaleval@gmail.com.

² Como exemplo, basta perceber que o IHGB foi feito nos moldes do Instituto Histórico de Paris.

³ GUIMARÃES, Manoel Salgado. *Nação e Civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, n. 1, v. 1, 1988, p. 3-27.

consciente de pertencer a uma sociedade com especificidades próprias. Os trabalhos produzidos com essa intenção de dar “corpo” e “alma” à nação⁴, contudo, sofreram mudanças com o passar dos anos. De início, o Instituto procurava realizar um trabalho arquivístico, fato que demonstraria a boa receptividade de uma noção mais antiga de história, pautada mais no trabalho antiquário do que na crítica documental.⁵ De acordo com Lúcia Guimarães, a instituição, naquele primeiro momento, estava mais preocupada em coletar dados e documentos relativos ao Brasil nos arquivos do país ou do exterior, do que em analisar esse tipo de documentação nos termos de uma história moderna.⁶

Em um segundo momento, após a apreensão de certa quantidade de artefatos documentais, procurava-se, seguindo critérios basilares de escrita da história do período, interpretar as fontes. Essa fase seria caracterizada pelo início da produção de síntese histórica, anunciada na segunda sessão pública, ocorrida no dia 27 de novembro de 1840.⁷ Apesar disso, o próprio *imperador* D. Pedro II, nove anos mais tarde, ainda indicava a necessidade de uma mudança na produção do IHGB: a coleta de dados deveria ceder lugar à escrita da história nacional.⁸ Nesse sentido, alguns pressupostos tornavam-se indispensáveis ao labor historiográfico. Esses, contudo, ainda não haviam sido especificados em termos práticos no Brasil, motivo pelo qual se fazia necessário listar objetivos e métodos que pudessem direcionar o trabalho do escritor de uma obra de cunho histórico.

O concurso feito na década de 1840 pela instituição tinha esse objetivo: estabelecer as diretrizes para a escrita da história do Brasil. A tese de Karl Friedrich Von Martius foi premiada, em 1847, por tratar de esclarecer *Como se deve escrever a história do Brasil*.⁹ Procurou-se, dessa maneira, visualizar a composição étnica da população, que seria, aos olhos do botânico, o fio-condutor de toda a história do país.¹⁰

A memória escrita por Von Martius indicava, dessa forma, tanto a existência dos habitantes mais antigos do território como parte dessa nova unidade que se queria estabelecer, quanto o papel predominante dos portugueses desde o início da colonização, tendo em vista o desenvolvimento de uma civilização nas Américas.¹¹

Havia, desse modo, um elemento de permanência dentro dessa estrutura. O IHGB, seguindo os passos deixados por Martius, acabou tomando como aspecto central para a escrita da história nacional o elogio da colonização portuguesa – tendo Francisco Adolfo de Varnhagen como o maior expoente desse tipo de reflexão.¹² Isso porque, mesmo apostando na possibilidade de uma independência cultural do país, ainda creditavam muito ao colonizador/civilizador a instituição da própria *brasilidade*.

À parte da real apreensão do posicionamento de Von Martius em obras históricas do período, notadamente *História Geral do Brasil*, de Varnhagen, publicada em 1854,¹³ tese vencedora do concurso

⁴ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 256.

⁵ Vale notar que o surgimento da pesquisa antiquária, durante a Idade Moderna, contribuiu muito para a moderna crítica histórica do século XIX. Ver MOMIGLIANO, Arnaldo. “O surgimento da pesquisa antiquária”. In _____. *As ratzes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: Edusc, 2004. p. 90.

⁶ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)”. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, a. 156, nº 388, jul.-set. 1995, p. 459-613. Segundo a autora, a carência da história ia sendo contrabalançada através de um resgate da memória – a falta de obras era coberta através da difusão de documentos.

⁷ ROCHA, João Cezar de Castro. “História”. In: JOBIM, José Luís (org.). *Introdução ao Romantismo*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. p. 45.

⁸ Idem. *Ibidem*, p. 46.

⁹ MARTIUS, Karl Friedrich Von. *Como se deve escrever a história do Brasil*. Rio de Janeiro: IHGB, 1991.

¹⁰ De acordo com Manoel Guimarães, a concordância do IHGB com a tese do botânico deveu-se, sobretudo, ao seu conteúdo político: “[...] a idéia da história nacional como forma de unir, de transmitir um conjunto único e articulado de interpretações do passado, como possibilidade de atuar sobre o presente e o futuro. A Nação como unidade homogênea e como resultado entre as diversas províncias, este era o quadro a ser desenhado pelo historiador”. Ver GUIMARÃES, Manoel Salgado. *Op. cit.*, 1988. p. 17.

¹¹ Os negros eram também vislumbrados nessa memória, como já foi dito, mas pouco espaço tiveram efetivamente na historiografia desenvolvida em torno do IHGB.

¹² REIS, José Carlos. “Anos 1850: Varnhagen e o elogio da colonização portuguesa”. In: _____. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 23-50.

¹³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. 9 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978. v. 2.

feito pelo IHGB, permitiu o estabelecimento de algumas problemáticas interessantes para se pensar o Brasil. E a instituição tentou, mesmo que algumas vezes sem sucesso, dar atenção aos pressupostos contidos naquela súmula.

Essa breve menção ao concurso feito pelo IHGB merece destaque por demonstrar a importância dada, naquele momento, a obras que se dispusessem a “ensinar” como trabalhar a documentação que, havia alguns anos, os membros do Instituto coligiam, de modo a dotá-la de uma linearidade explicativa, contendo informações acerca do passado daquela nação. Levando em conta o texto de Von Martius, como já mencionado, o passado brasileiro poderia ser unificado a partir da imagem da mescla das raças contidas no território, tendo como aglutinador o componente europeu da “mistura”.

Ao lado dessa especificidade, porém, a escrita da história desenvolver-se-ia a partir de critérios estabelecidos havia alguns anos, critérios esses que poderiam dotar de cientificidade a disciplina histórica. “Copiando” modelos europeus, a história produzida no Brasil deveria estar em consonância com a busca pela imparcialidade. O profissional que pretendesse escrever história deveria fazê-lo com o maior distanciamento possível do objeto estudado, tendo em vista narrar de forma objetiva os acontecimentos passados.

Em outras palavras: a crença nos sentidos humanos tornou-se obsoleta nesse novo modelo científico; em seu lugar, concentrou-se um tipo de desconfiança nas faculdades humanas e a perda na capacidade reveladora dos sentidos. Grosso modo, a *verdade* tornou-se uma categoria apenas tangível a partir de operações bem definidas, tendo como cerne a suspeita nos sentidos humanos.¹⁴ Assim, para garantir a *verdade* também em história, os estudiosos dessa disciplina deveriam recorrer a técnicas legitimadas: em primeiro lugar, trabalhar as fontes – já previamente catalogadas a partir de um esforço quase antiquário – através da crítica documental. Essa crítica, por sua vez, só poderia ser atingida através de critérios de objetividade específicos, dentre os quais o ideal de imparcialidade. E todo esse trabalho deveria ser feito a partir de um *lugar*. O historiador passaria a ser identificado em um grupo, uma instituição que o legitimaria enquanto profissional.¹⁵ De acordo com Valdeci de Araujo,

[...] novas expectativas exigiam também novos talentos do “historiador”, que já não poderia ser apenas o panegerista ou o cronista seco que se limitava ao relatório dos “sucessos” contemporâneos. [...] sobrecarregado de novas exigências, o “historiador” vê-se ameaçado de julgamento. A qualidade de sua obra está em jogo, pois age apenas como o instrutor de um processo, cujo trabalho deve ser avaliado no que concerne à imparcialidade, fontes e crítica.¹⁶

Se até meados do oitocentos esse tipo de estatuto científico para a história ainda era titubeante, o modelo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) pode ser tomado, por outro lado, como uma primeira tentativa de estabelecer um ordenamento para o desenvolvimento da escrita da história no Brasil. Mesclando procedimentos considerados “científicos” à literatura, desenvolvendo pesquisa documental com ares de *ars antiquaria*, o Instituto procurou, sobretudo, em seus anos iniciais, coletar os documentos necessários para a escrita da história nacional.¹⁷

Dentro dessa *operação historiográfica*,¹⁸ o presente deveria ser mantido fora do alcance da historiografia. O *lugar* de onde se narra deveria ser um *não dito*, jamais explicitado em uma história científica.¹⁹ Isso porque, à medida que o moderno conceito de história (*Geschichte*) consolidou-se, o registro de uma “história do presente” tornou-se cada vez menos digna: a testemunha ocular, tão marcante na

¹⁴ ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2009. p. 84-85.

¹⁵ Sobre o “lugar social” do historiador, ver CERTEAU, Michel de. “A operação histórica”. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: Novos Problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 18.

¹⁶ ARAUJO, Valdeci Lopes de. *A experiência do tempo. Conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008. p. 39.

¹⁷ Ver GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Op. cit.*, 1995. p. 515-516.

¹⁸ Para a expressão, ver CERTEAU, Michel de. *Op. cit.*, 1988. p. 17-48.

¹⁹ Idem. *Ibidem*, p. 18-20.

historiografia antiga, perdia a posição central dentro da escrita da história. Uma nova crença indicava que a distância temporal entre o objeto da história e seu pesquisador não era fator dificultoso para a criação do conhecimento histórico. Muito pelo contrário: quanto maior o distanciamento dos fatos estudados, melhor a apreensão do conhecimento desejado. Desse modo, à medida que a história do presente tornava-se fraca, o passado deixava de ser mantido na memória e na tradição oral, passando a ser reconstruído apenas através de procedimentos críticos.²⁰

O IHGB primou por esse objetivo nas mais diversas ocasiões, demonstrando que escrever história era algo incompatível com narrar os acontecimentos contemporâneos.²¹ E os sócios mais importantes do Instituto muito se esmeraram em demarcar bem essa questão.

Em 1859, quando um compêndio da história nacional,²² o *Epítome da História do Brasil*, de autoria de José Pedro Xavier Pinheiro,²³ foi avaliado pelo Conselho da Instrução Pública do Município da Corte, alguns pareceristas demonstraram esse tipo de desejo – o de que a história, inclusive aquela escrita para o ensino nas escolas, não trouxesse à tona fatos há pouco tempo findados ou ainda em processo de execução. A narrativa tampouco poderia se referir a atores históricos que continuavam atuando naquele momento. Isso não seria pertinente a um relato que se quisesse imparcial, além de possibilitar constrangimentos com relação às atuações políticas dos indivíduos.

O parecer de Joaquim Manuel de Macedo, naquele tempo sócio honorário do IHGB, pode ser tomado como uma referência para essa problemática, tendo em vista não só a sua importância individual enquanto membro atuante na sociedade letrada do Rio de Janeiro, como por ter sido, em não raras ocasiões, um grande adepto dessa visão de história, conforme se verá.

Lembrado muito mais pela autoria do romance *A moreninha*, Joaquim Manuel de Macedo foi também, entre muitas outras atividades que exerceu, professor da cadeira de História do Brasil do Colégio Pedro II (CPII). Lugar de prestígio no cenário oitocentista brasileiro, o CPII era responsável por educar e formar os filhos da elite política do Brasil Imperial, através de um ensino humanista que visava transmitir e consolidar uma “cultura geral”,²⁴ cuja máxima seria a formação integral do homem.²⁵ Além disso, Macedo exerceu o cargo de primeiro secretário do Instituto Histórico entre 1852 e 1856 e de orador entre 1857 e 1882, data de sua morte. Macedo era, portanto, um homem cuja vida profis-

²⁰ KOSELLECK, Reinhart. “Ponto de vista, perspectiva e temporalidade. Contribuição à apreensão historiográfica da história”. In: _____. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006. p. 174: “O registro de um ‘história do tempo presente’ [Zeitgeschichte] foi perdendo pouco a pouco sua dignidade. Plank foi um dos primeiros a observar que as chances de se atingir o conhecimento da história não diminuíam, ao contrário, aumentavam, à medida que aumentava também a distância temporal. Com isso, a testemunha ocular foi derrubada de sua posição privilegiada [...] a idéia de que quanto mais o tempo avança mais compreensível se torna o passado é um produto da filosofia do progresso pré-revolucionária”.

²¹ De acordo com Valdeci Araujo, a centralidade da “História Contemporânea” perdeu lugar no Brasil quando a estabilidade política e o processo de consolidação do Estado permitiram uma “[...] despolitização do discurso histórico, transformando-o em ciência ‘imparcial’”. Nesse modelo, “[...] a história contemporânea estava fora de questão”. Ver ARAUJO, Valdeci Lopes de. *História dos conceitos: problemas e desafios para uma releitura da modernidade ibérica*. São Paulo: Almanack Braziliense, 2008.

²² O ensino da história nacional deveria ser mediado através de publicações com essa finalidade. *Compêndios e epítomes*, muito mais sintetizados que outros livros de história, foram preferidos nessa proposta. Esses livros trariam os mais importantes acontecimentos da história do Brasil. No caso dos epítomes, principalmente, sua forma é pautada por uma cronologia: os eventos eram narrados de acordo com os anos ou, se fosse o caso, através das datas mais importantes.

²³ Habilitado com o curso completo de humanidades, além de membro do Conservatório Dramático Brasileiro, o baiano José Pedro Xavier Pinheiro (1822-1882) atuou como jornalista, foi o tradutor da *Divina Comédia* para o português e autor de, pelo menos, duas obras de cunho didático: o *Epítome da História do Brasil*, cuja 1ª edição (publicada na Bahia) data de 1854, e um compêndio sobre gramática portuguesa, que fora escrito por volta da década de 1860. Foi também funcionário público: “Acumulava os lugares de chefe de seção na Secretaria da Agricultura e de taquígrafo no Senado” e oficial da Secretaria dos Negócios da Justiça do Império. Ver Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ). Série da Instrução Pública. Códice 11.1.29, 1861, f. 83, 89, 90, 96, 97, 99; e *Diário de Notícias*. nº 32, 08 de julho de 1885; PINHEIRO, José Pedro Xavier. *Epítome da História do Brasil desde o seu descobrimento até a conclusão da Guerra do Paraguai* (adoptado para uso das aulas publicas de ensino primário). 5 ed. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1873.

²⁴ CUNHA JUNIOR, Carlos Fernando Ferreira da. *O Imperial Collegio de Pedro II e o ensino secundário da boa sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008. p. 105.

²⁵ SOUZA, Roberto Acízelo de. *O Império da Eloquência*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 21.

sional se desenrolava em meio a duas grandes instituições culturais do período do Segundo Reinado. Não por acaso, ele foi um dos grandes nomes em matéria de julgamentos também sobre obras de cunho didático, como foi o caso do *Epítome da História do Brasil*, de Xavier Pinheiro. Sobre este último quesito, vale lembrar sua atuação no Conselho da Instrução Pública, convocado pela Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte (IGIPSC), então presidida por Euzébio de Queirós. A IGIPSC tinha função de analisar os manuais adotados nas escolas públicas, fazendo correções (que eram pedidas aos autores dos livros), e substituindo-os também, quando necessário. A Inspeção era também responsável por convocar o Conselho da Instrução Pública, que examinava os métodos e sistemas de ensino, além de avaliar os manuais escolares. Importante mencionar que essa avaliação era feita por pessoas de confiança das autoridades, sobretudo por professores, como foi o caso do próprio Macedo.

Sobre o parecer para o livro de história emitido por Macedo, pode-se dizer que o professor do CPII demonstrava grande apreensão pela escrita de uma história muito recente. Nesse sentido, os fatos narrados no livro de Xavier Pinheiro, que traziam à tona os anos entre a Independência do Brasil e o início do reinado de D. Pedro II (com relação à primeira edição do livro), não deveriam ser merecedores de um relato destinado ao ensino da “mocidade”. O historiador corria o risco de incumbir-se de tarefa além de sua alçada – poderia tornar-se juiz da matéria exposta, visto a proximidade com os eventos narrados:

Escrevendo ou ensinando a História Pátria nós nos devemos limitar, quando chegamos aos acontecimentos da nossa época, aos dramas em que também tivemos papéis a representar, nós nos devemos limitar, digo, a resumir esses acontecimentos em datas que os façam lembrar, sem ajuntar apreciações de fatos e de princípios. Nossas idéias políticas, os partidos que contaram em suas fileiras nossos parentes, nossos amigos, ou a nós mesmos, nossas perversões, simpatias, antipatias muitas vezes nos podem induzir ao erro, e tornar-nos evidentemente parciais.²⁶

A falta de parcialidade era erro gravíssimo aos olhos da historiografia oitocentista assumida pelo IHGB. De acordo com Macedo, Xavier Pinheiro estaria no rol dos que faziam *história*, motivo pelo qual não poderia assumir posição de juiz perante os acontecimentos contemporâneos: “[...] entendo que não é ele, como historiador, o juiz mais próprio para sentenciar em causas, em que foi parte”.²⁷

Macedo, contudo, apresentava uma solução para o problema. De certo modo, até poderia ser interessante comentar os fatos mais contemporâneos nas aulas de história, de modo a incutir no público estudante determinadas considerações acerca daqueles anos e, principalmente, comentar sobre questões políticas pertinentes. Esse tipo de explanação deveria ser, porém, de caráter bem sintético, conforme o próprio Macedo-professor fazia em suas aulas de história: “[...] na cadeira de História Pátria, de que sou professor no Imperial Colégio de Pedro 2º tenho sempre me absterido de entrar nessas questões, e me limito a dar [aos] meus alunos, apenas a cronologia contemporânea”.²⁸

A ideia era apresentar ao público leitor uma simples datação sobre a história mais recente em relação ao tempo de escrita e de leitura. O erro de Xavier Pinheiro, ao que tudo indica, teria sido a falta de concordância com esse tipo de premissa, fazendo exortações maiores a respeito dessa parte da história além do que seria “permitido” dentro do modelo historiográfico desejado pelo IHGB. Assim, se o autor do manual fizesse as modificações referentes a esse quesito reclamado por Macedo, o livro poderia ser publicado e utilizado pelo ensino primário do Município da Corte, conforme atesta o próprio parecerista: “[...] se for aquela parte da História Contemporânea substituída por uma simples cronologia, ou por apreciações, e [remida] de juízos do autor a sujeito dos acontecimentos, e dos partidos políticos”.²⁹

²⁶ Fontes encontradas no AGCRJ. Série Instrução Pública. Códice 11.1.6, 1859, f. 59.

²⁷ *Ibidem*, f. 59.

²⁸ *Ibidem*, f. 59.

²⁹ *Ibidem*, f. 60.

Tempos depois, outro parecer acerca do livro de Xavier Pinheiro era entregue ao Conselho de Instrução Pública.³⁰ Nos mesmos moldes daquele escrito por Joaquim Manuel de Macedo, Joaquim Mendes Malheiros reitera a crítica à parte da história contemporânea contida no *Epítome da História do Brasil*:

[...] apenas direi que muitas vezes o autor não terá podido furtar-se à sua condição de homem – com inclinações, com idéias pessoais etc. e não terá guardado (o que é tão difícil!) aquela fria e incólume exposição, que se tem julgado necessária para a narração da história, cujos personagens, por si ou seus parentes, ainda vivem.³¹

Apesar de demonstrar a dificuldade existente em escrever a história deixando de lado o seu julgamento, Malheiros também considerava pernicioso o relato de uma história recente para o estudo da “mocidade” estudante, parecendo concordar substancialmente com o parecer de Macedo.

Esse último parecer foi feito em abril de 1859 e, quatro meses depois, em agosto do mesmo ano, as modificações ainda não tinham sido feitas por Xavier Pinheiro. Apesar de o autor ter entregue novamente o livro, indicando que havia procedido com as alterações mencionadas,³² Matheos da Silva Chaves reclamava, em requerimento, que as mudanças não haviam sido efetivadas, o que deveria ser feito o mais rápido possível, reiterando, mais uma vez, as indicações sugeridas pelo Conselho – e, conseqüentemente, por Joaquim Manuel de Macedo:

Cumprindo ao Historiador narrar os fatos com escrupulosa imparcialidade, e sendo impossível a rigorosa satisfação deste encargo, quando trata de acontecimentos contemporâneos, à que o prendem numerosas relações é forçoso então, prescindindo de apreciações e juízos, limitar-se a uma simples cronologia, como prudentemente o recomenda o ilustrado professor o Senhor Dr. Macedo. Compenetrado destas idéias, encontro ainda talvez sem razão, na parte contemporânea do Epítome do Senhor Xavier Pinheiro expressões, que o inibem de preencher o fim a que é destinado, não obstante o valor de predicados, que possuí. Em apoio desta minha asserção eu poderia citar aqui os trechos, em que me parece descobrir inconveniências, isto é, conceitos que poderão ser tachados de parciais [...].³³

Alguns dias depois, em novo requerimento, Matheos Chaves indicava que após ter “conferenciado” com Pinheiro, houve concordância do autor em relação às correções que deveriam ser feitas na parte da história contemporânea.³⁴ Por esse motivo, as alterações seriam feitas, e o processo que levaria à conseqüente publicação e venda no comércio livreiro já poderia ser iniciado.

Cerca de um ano e meio depois de ter feito o parecer para o compêndio, e sem mudar o tom da discussão sobre o não lugar da história do presente na historiografia (e, naquele caso, também no ensino de história), Joaquim Manuel de Macedo escrevia para o *Jornal do Commercio*, no folhetim intitulado *Labirinto*³⁵ a seguinte recomendação:

Ninguém pode considerar perdido o tempo que se emprega em acender uma luz nas noites do passado da nossa história, e em preparar elementos para que os vindouros escrevam a da nossa época, de que aliás nós outros ou não podemos, ou dificilmente poderíamos tratar com a indispensável e completa imparcialidade porque todos temos mais ou menos nela pecadilhos e escorregaduras [sic], ou enfim predileções, simpatias, antipatias e relações que nos tornam suspeitos.³⁶

³⁰ O parecer de Macedo data de 28 de fevereiro de 1859, enquanto o de Malheiros foi feito no dia 19 de abril do mesmo ano.

³¹ AGCRJ. Série Instrução Pública. Códice 11.1.6, 1859, f. 56.

³² Esse documento escrito por José Pedro Xavier Pinheiro data de 9 de agosto de 1859. AGCRJ. Série Instrução Pública. Códice 11.1.6, 1859, f. 55.

³³ A resposta dada pelo requerente foi feita no dia 24 de agosto de 1859. AGCRJ. Série Instrução Pública. Códice 11.1.6, 1859, f. 54.

³⁴ *Ibidem*, f. 215.

³⁵ MACEDO, Joaquim Manuel de. *Labirinto* (organização, introdução e notas Jefferson Cano). Campinas, SP: Mercado das Letras, Cecult; São Paulo: FAPESP, 2004, p. 15: “O nosso *Labirinto*, portanto, refletirá, à semelhança de um espelho, a vida da nossa sociedade, e portanto um labirinto social, onde todos se acham às tontas com os erros, que são muitos, os despropósitos não poucos, e apenas encontram raros os acertos, que já parecem milagres”.

³⁶ *Idem*. *Ibidem*, p. 284.

Publicada no *Jornal do Commercio*, em 17 de dezembro de 1860, essa citação referia-se justamente aos trabalhos produzidos pelo IHGB, desde a historiografia feita em torno do Instituto, até a organização de uma rica biblioteca e a crítica a autores estrangeiros. O segundo vice-presidente e orador da instituição pretendia, por meio desse relato, demonstrar a importância conferida ao IHGB, enquanto lugar por excelência da produção de uma história e de uma memória nacionais. A documentação levantada deveria ser, nesse sentido, resguardada para o interesse dos historiadores do futuro, que tratariam dela com a desejada imparcialidade.

Três anos após esse escrito, em Sessão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, uma proposta era levantada pelo sócio Felizardo Pinheiro de Campos. Este pretendia escrever um livro com o título de *Fastos do feliz e glorioso reinado do Sr. Dom Pedro II*, “[...] no qual se escreverão todos os fatos de importância política, moral e religiosa à juízo do Instituto”.³⁷ A comissão de história deveria dar parecer ao projeto de Pinheiro de Campos e, entre os membros responsáveis por emitir o parecer, estavam Joaquim Manuel de Macedo e Joaquim Norberto de Sousa e Silva.

Nessa situação, como nas duas citadas anteriormente, Macedo, juntamente com Joaquim Norberto, desenvolveu crítica à intenção de Pinheiro de Campos em escrever uma história do tempo presente, apesar de reconhecer “[...] as nobres intenções e patrióticos sentimentos que inspiraram esta proposta”. Isso porque

Sujeito às impressões veementes da atualidade, às paixões, ao espírito do partido, à simpatia, e, em uma palavra, sendo ator no drama de que procura dar conta, aquele que escreve sobre a história contemporânea do seu país escreve um pouco a sua própria história, preside ao processo das idéias que tem sustentado e das idéias que tem combatido; e por consequência aparece aos olhos da posteridade como parte interessada com pretensões de ser juiz.³⁸

A história dos *Fastos do feliz e glorioso reinado do Sr. Dom Pedro II* seria ao mesmo tempo a história da nação brasileira em sua época mais contemporânea,³⁹ motivo pelo qual não deveria ser escrita. Mesmo sendo um relato sintetizado daquele momento da história do Brasil, a obra em destaque não deveria ser concluída, visto que seria desnecessária e acabaria não efetuando aquilo a que se destinaria: a narrar os fastos grandiosos do Segundo Reinado. Desnecessária porque criar e organizar registros resumidos sobre o presente já fazia parte das tarefas do Instituto, conforme proposta feita anteriormente pelo finado Januário da Cunha Barbosa. Não efetuava o fim a que se propunha de início, pois se fosse escrita em forma de simples resumo, sem grandes exortações, acabaria não demonstrando bem o quão glorioso era o governo de D. Pedro II.⁴⁰

Além disso, o requerimento feito por Pinheiro de Campos pedia que a obra pensada fosse feita debaixo da proteção do IHGB, fato que trazia ainda maior discórdia, visto que

Trabalhos suspeitos de parcialidade seriam sempre; mas a responsabilidade deles pesaria sobre seus autores e a posteridade esmerilharia nesses escritos a verdade dos fatos, comparando-os uns com os outros e com todos os impressos, memórias, livros e documentos do nosso tempo. Mas o que um indivíduo pode fazer neste

³⁷ *Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geographico, e Ethnographico do Brasil*. 3º. Trimestre de 1863, p. 854 (Sessão ocorrida em 8 de maio de 1863).

³⁸ *Ibidem*, p. 854-855.

³⁹ *Ibidem*, p. 856: “O digno autor da proposta pensou como todos, e como não podia deixar de pensar, que o Sr. Dom Pedro II e a nação brasileira tem uma só história, história que não se pode separar, e portanto os *Fastos do feliz e glorioso reinado do Sr. Dom Pedro II* seriam forçosamente a história contemporânea do Brasil”.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 856-857: “[...] a comissão entende que a proposta não é muito convincente, e pelo menos é desnecessária. Não é muito conveniente, porque seria difícil estabelecer regras precisas, pelas quais o redator ou redatores dos fatos se limitassem ao registro dos fatos sem deixar escapar palavras de uma dissimulada apreciação. E desnecessária, porque se o Instituto julgasse útil a criação de um registro, assim entendido, aliás o único admissível, bastar-lhe-ia fazer continuar o trabalho das Efemérides que por proposta do nosso finado consócio o cónego Januário da Cunha Barbosa, o Instituto mandou escrever, e foram escritas durante alguns anos, devendo além disso considerar-se que seria mal cabido o título brilhante de – *Fastos do feliz e glorioso reinado do Sr. Dom Pedro II*, em um registro tão simples, seco e árido”.

sentido, não convém que o faça o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, pelo caráter que tem, e pelas condições de sua organização e de sua alta importância.⁴¹

Desse modo, o IHGB não poderia se associar a tal tarefa, correndo o risco de tornar-se contra-producente com as propostas inseridas em seu bojo. O parecer propunha que o projeto de Pinheiro de Campos fosse arquivado. O autor, contudo, sustentou sua proposta “[...] mostrando que, segundo os princípios da nobre comissão, nunca teremos uma coleção de fatos coligidos e metodizados pelo Instituto com relação ao atual reinado”.⁴² A ideia de coligar os fatos do reinado de D. Pedro II deveria ser tarefa prioritária, pois se “[...] já tivesse tido execução desde vinte e dois anos [...] já teríamos hoje um rico reservatório de fatos, que abrilhantariam as páginas da nossa história”.⁴³

Pinheiro de Campos demonstrava também conhecimento acerca das distinções relativas ao papel da historiografia e à produção memorialística do Instituto:

[...] ele [Pinheiro de Campos] não deseja que o Instituto seja o historiador, mas sim o compilador dos fatos, pois é a sua missão e principal incumbência, segundo os estatutos, preparar os materiais para um dia formar-se a história do país, etc., etc.⁴⁴

Sustentando o parecer, Macedo indicava que o papel da imprensa (juntamente com a observação do próprio conjunto formador da *nação brasileira*) poderia muito bem servir aos anseios de Campos, tendo em vista que escreveria no cotidiano a história dos faustos do Império. E completava: “Os Fastos do reinado de SM o Sr Dom Pedro II aí estão; e a posteridade não condenará o Instituto Histórico por deixá-los de coligar, quando toda a nação o colige”.⁴⁵

Em resposta, Pereira Pinto corroborou com o parecer, demonstrando ainda a importância conferida aos documentos que seriam, em um futuro um pouco longínquo, fonte de inspiração para os historiadores, muito mais do que um relato do porte do proposto por Pinheiro de Campos: “Para que pois estabelecer o Instituto em seu seio uma *crônica* que não podia ter a autenticidade daqueles documentos?”.⁴⁶ O parecer foi, por fim, aprovado e o projeto abandonado.

Assumindo a postura desenvolvida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro com relação à escrita da história, Joaquim Manuel de Macedo demonstrou, em muitas ocasiões, conforme se viu, repulsa à narrativa de uma história contemporânea, no que foi copiado por outros letrados do período. A posição assumida no primeiro parecer sobre o epítome de José Pedro Xavier Pinheiro foi repetida sempre que a problemática gravitasse em torno do lugar do presente na história do Brasil.

Quanto ao compêndio de Xavier Pinheiro, esse foi publicado inúmeras vezes e utilizado no ensino da história do Brasil por diversas casas de ensino.⁴⁷ Com relação às modificações ensejadas pelo grupo de pareceristas, é possível crer que Pinheiro as levou em consideração – apesar de demorar um pouco a efetivá-las, conforme se viu –, tendo em vista que seu livro alcançou o lugar a que desde o início

⁴¹ *Ibidem*, p. 857.

⁴² *Ibidem*, p. 857-858.

⁴³ *Ibidem*, p. 858.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 858.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 859.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 860 (grifo meu). Notável a importância conferida à história como crônica ainda nas primeiras décadas do século XIX, ou seja, a de que a história seria um simples registro dos acontecimentos, sob a forma de crônicas ou de anais. Vale lembrar que a palavra *crônica* referia-se, em sua acepção original, à *cronologia*. Escrever uma crônica era, portanto, equivalente a narrar temporalmente os eventos considerados importantes, sem aprofundar-lhes a causa, fato que não impediu na época medieval e mesmo na moderna, um testemunho extremamente elogioso dos reinados, visando algumas benesses. Ver MOISÉS, Massaud. “Crônica”. In: _____. *Dicionário de termos literários*. São Paulo: Cultrix, 2004, p. 110.

⁴⁷ Na já referida instituição arquivística, o AGCRJ, têm-se requerimentos de professores de várias escolas públicas de primeiras letras com intuito de pedir, entre outros títulos, o livro de Xavier Pinheiro. Um exemplo é o de um professor de uma escola pública de instrução primária da freguesia do Sacramento, Manuel José Pereira Frazão, que em requerimento datado de 18 de janeiro de 1864 pede “25 Historias do Brasil de Xavier Pinheiro”, entre outros títulos. AGCRJ. Série da Instrução Pública. Códice 11.2.9, 1864, f. 95.

pretendeu se destinar. Por outro lado, nunca deixou de escrever a respeito de fatos muito próximos e a cada edição nova do manual a narrativa era acrescentada, tomando os anos mais recentes, como foi o caso, por exemplo, da 5ª edição do manual, publicada em 1873, que tratava dos acontecimentos transcorridos desde a “descoberta” das terras posteriormente designadas “Brasil” pelos portugueses até a conclusão da Guerra do Paraguai, finda havia apenas três anos antes de sair a lume esta edição.



Frontispício do *Epítome da História do Brasil*, por José Pedro Xavier Pinheiro (5ª edição, 1873).⁴⁸

Já o projeto de Felizardo Pinheiro de Campos teve que ser abandonado. A comissão do Instituto, encabeçada de certa maneira por Macedo, não permitiu que a proposta da escrita de uma história-crônica sobre o Segundo Reinado fosse efetivada. A ideia era reservar aos futuros historiadores esse tipo de empreendimento.

O “tribunal da posteridade”⁴⁹ parecia ser a certeza desses homens, tanto aqueles cujos trabalhos desenvolviam-se ao redor do IHGB, como Felizardo Pinheiro de Campos, quanto outros que não poderiam fugir do seu julgo, como foi o caso de José Pedro Xavier Pinheiro. Tendo como meta dotar o país recém-independente de um passado adequado aos anseios da monarquia, o IHGB acabava colaborando com o fortalecimento do regime, à medida que versava sobre a história e a geografia da recente *nação*. Por isso, “[...] rememorar os acontecimentos históricos recentes implicaria em trazer à tona uma série de contradições, dúvidas e até mesmo rivalidades pessoais, que em nada poderiam contribuir para o fortalecimento das debilitadas instituições monárquicas”.⁵⁰

Joaquim Manuel de Macedo, homem de letras, professor de História do Brasil e, futuramente, escritor de um dos mais importantes manuais escolares de história do século XIX – o *Lições de História do Brasil*, produzido na década de 1860 –, foi um dos mais contundentes defensores dessa

⁴⁸ PINHEIRO, José Pedro Xavier. *Op. cit.*, 1873. O exemplar utilizado nesta ilustração encontra-se em arquivo particular.

⁴⁹ Expressão retomada por Lúcia Guimarães em artigo intitulado “O ‘tribunal da posteridade’”. In: PRADO, Maria Emília; GUIMARÃES, Lúcia Maria P. (orgs.). *O Estado como vocação – idéias e práticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Acces, 1999. p. 34. Foi utilizada pela Comissão de História do IHGB, representada pelo desembargador Rodrigo de Sousa, em 1839, sobre a publicação de um manuscrito relativo à Revolução Pernambucana oferecido por Abreu e Lima: “[...] conquanto um tal documento seja na verdade de muito apreço, não convém publicá-lo já, pelo comprometimento que sua publicação poderia levar a pessoas ainda existentes; [...] que seja guardado nos Arquivos do Instituto, até que todos os nomes nesse mencionado documento tenham comparecido perante o tribunal da posteridade”. Ver IHGB. Parecer da Comissão de História. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 1(4):366,1839.

⁵⁰ GUIMARÃES, Lúcia. *Op. cit.*, 1999. p. 34-35.

perspectiva historiográfica. Além disso, suas aspirações intelectuais acabaram demonstrando a preocupação mais geral na produção de uma escrita da história em consonância com os critérios “científicos” tão caros ao período.

Escrever um relato histórico sobre o presente tornava-se pernicioso, portanto, devido a questões políticas, visto que os personagens que tomariam parte na narrativa muitas vezes ainda atuavam na sociedade. Seus atos poderiam ser, inclusive, matéria de julgamento por parte dos escritores. Nota-se que Macedo fez diferenciação no momento do parecer sobre o projeto de Pinheiro de Campos entre o que seria da alçada da história e da imprensa. Enquanto na primeira o relato sobre o presente se tornaria perigoso, na segunda ele parecia mais do que natural, pois tinha como base a escrita sobre o cotidiano.

Essa postura historiográfica que visava renegar as narrativas sobre o presente no qual se escrevia não fora, contudo, iniciada por Joaquim Manuel de Macedo dentro da instituição histórica e geográfica situada no Rio de Janeiro. Anos antes da querela sobre a história do presente no parecer feito por Macedo para a Inspeção da Instrução Pública para o livro destinado ao público escolar – o epítome de José Pedro Xavier Pinheiro –, outro expoente da cultura letrada oitocentista já havia se colocado contrariamente a uma obra com finalidade semelhante à de Xavier Pinheiro: servir à formação dos futuros “cidadãos ativos” do Brasil imperial, através do ensino da história pátria.

O livro de autoria de José Inácio de Abreu e Lima,⁵¹ o *Compêndio da História do Brasil*, foi publicado em 1843 pelos Laemmert, feito através de escolhas de temas e de recompilações. A composição não é inteiramente original, e o autor chegou mesmo, em algumas partes, a copiar outros livros de história, sobretudo, o *História do Brasil*, de Beauchamp (1817)⁵² – o que garantiu grande polêmica com Francisco Adolfo de Varnhagen.⁵³

Para Varnhagen, Abreu e Lima escolheu “compilar”, adotando critérios antigos ou clássicos de escrita da história, não utilizando como base a noção de verdade a partir do critério de prova, associado ao método crítico dos testemunhos, característico da noção moderna de história.⁵⁴ Além disso, Abreu e Lima parece não ter adotado postura importante para a escrita da história do momento, sobretudo a explorada pelo IHGB: a do distanciamento entre o relato histórico e o presente em que se escreve. Isso porque, segundo a “nova” noção de história, como já foi mencionado, narrar o presente perdia cada vez mais sua legitimidade.⁵⁵

Abreu e Lima não possuía esse tipo de constrangimento. Assim como Alphonse de Beauchamp, a quem copiava exaustivamente, dava narrativa aos acontecimentos do seu presente, inclusive suas opiniões sobre eles. Com relação à Revolução de 1817, por exemplo, em que seu pai acabou sendo preso e morto, Abreu e Lima escreve como testemunha, utilizando a memória desse acontecimento que ele próprio possuía. Preocupava-se menos em fazer uma história nos moldes modernos, calcada na crítica

⁵¹ Nascido em Pernambuco, em 1794, Abreu e Lima teve uma vida muito conturbada. Da formação militar, adquirida através do curso feito na Real Academia Militar, passou a prisioneiro político (devido ao envolvimento de seu pai, o “Padre Roma”, com a Revolução Pernambucana) e, após conseguir fugir da prisão na Bahia, a exilado na Venezuela. Acabou combatendo pela independência das colônias espanholas na América (por isso passou a ser chamado de “General de Bolívar”). Quando finalmente conseguiu voltar para o Brasil, em 1832, passou a desempenhar o papel de jornalista polêmico, publicando em periódicos que ele mesmo editava suas opiniões a respeito, principalmente, do ex-imperador D. Pedro I, de quem era adepto, depois de sua partida para Portugal. Para Abreu e Lima, a abdicação foi a causadora da maioria dos problemas do Brasil, e o resgate da figura do ex-Imperador seria de central importância para garantir a unidade do Império. Foi também autor de uma série de livros, professor de matemática, editor de pasquins e sócio do IHGB, onde seus trabalhos nem sempre foram bem aceitos. Morreu em sua terra natal, Pernambuco, em 1869. Cf. MATTOS, Selma Rinaldi. *Para formar os brasileiros. O compêndio da história do Brasil de Abreu e Lima e a expansão para dentro do Império do Brasil*. Tese de doutorado/História. São Paulo. Tese de doutorado em História apresentada à USP, 2007. p. 23-32.

⁵² BEAUCHAMP, Alphonse. *L'Indépendance de l'Empire du Brésil*. Paris: Delaunay, 1824.

⁵³ Sobre a polêmica entre Varnhagen e Abreu e Lima, ver MATTOS, Selma Rinaldi. *Op. cit.*, 2007, p. 9, 178-197.

⁵⁴ Primeiro Juízo. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, t. VI, 1844. p. 60-83.

⁵⁵ Nesse sentido, estamos tomando como ponto de partida as perspectivas de Varnhagen também sobre o livro de Beauchamp, apesar de não termos base para afirmar que foram todas elas incorporadas ao “juízo” feito sobre o *Compêndio* de Abreu e Lima.

dos testemunhos do que em dignificar a memória de sua família em um livro que seria destinado a alunos e professores de história do Brasil.⁵⁶

Utilizando o próprio exemplo do contestador, é possível perceber a validade do debate sobre o não lugar do presente em narrativas que se pretendiam historiográficas. Quando Varnhagen publicou sua *História Geral do Brasil*, deixou transparecer uma importante lacuna: a ausência da Independência do Brasil em seu livro. O primeiro volume, publicado em 1854, estava ainda muito próximo temporalmente daquele ocorrido, em 1822. Desse modo, historiar a Independência não deixava de significar historiar sobre o presente do Império.

Tão importante acontecimento na história do Brasil só teria seu lugar resguardado na obra varnhargiana anos mais tarde, quando o historiador sorocabano terminou de elaborar sua *História da Independência do Brasil*, em 1875, obra que só seria publicada em 1916 pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.⁵⁷ Ao menos naquele momento, parecia ao estudioso a existência de certo distanciamento temporal entre o presente e o fato narrado, motivo pelo qual poderia este último se tornar objeto da história.⁵⁸

Apesar do uso do livro de Abreu e Lima em suas aulas na cadeira de História do Brasil do Colégio Pedro II,⁵⁹ o próprio Joaquim Manuel de Macedo acabou não fazendo elogio às qualidades do *Compêndio*, em 1854, em uma sessão do IHGB, ao observar a não existência de um bom livro de história pátria. Provavelmente, a negação da obra de Abreu e Lima deveu-se menos ao seu caráter didático e mais à sua concepção antiga de história, fato já discutido por Varnhagen em 1844, e, muito provavelmente, também pelo caráter memorialístico que por vezes Abreu e Lima adotava em seu livro.

De toda forma, a negação assumida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em torno das narrativas dos fatos mais contemporâneos foi uma máxima assumida pela instituição e por seus membros mais notáveis. Os exemplos de Joaquim Manuel de Macedo, comparados ao de Francisco Adolfo de Varnhagen – que procurou, em sua obra mais monumental, instrumentalizar essa preocupação com o distanciamento entre objeto e análise histórica – demonstra claramente essa questão. Se, por um lado, a caracterização daquilo que seria demarcado enquanto escrita da história nacional ainda estava em processo de desenvolvimento e de reflexão, por outro lado, uma certeza parecia ser inquestionável: a de que o passado recente do Brasil não poderia ser trabalhado em uma obra de cunho historiográfico devido à falta de parcialidade resultante dessa análise e, sobretudo, ao julgamento político e pessoal – tão perigoso na opinião de Macedo – que resultaria desse esforço. Os acontecimentos políticos mais recentes da história nacional, bem como a participação dos indivíduos que atuaram neles deveriam ser matéria resguardada aos historiadores do futuro.

⁵⁶ Segundo Selma Rinaldi Mattos, na escrita do *Compêndio*, Abreu e Lima, tratando da Revolução de 1817, acabou contrapondo a memória vivida ao relato escrito (no caso, o do padre Muniz Tavares) e, algumas vezes, recorrendo à própria experiência para narrar os acontecimentos deste ano. Ver MATTOS, Selma R. *Op. cit.*, 2007. p. 122-124.

⁵⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História da Independência do Brasil até ao reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data*. São Paulo: Melhoramentos, 1957 (1916).

⁵⁸ MEDEIROS, Bruno Franco. Das causas da emancipação: Alphonse de Beauchamp e a Independência do Brasil. In: Anais do 2º Seminário Nacional de História da Historiografia. *A dinâmica do historicismo: tradições historiográficas modernas*. Ouro Preto: Edufop, 2008.

⁵⁹ Em um primeiro momento, o ensino de história do Brasil era feito a partir do *Resumo de História* do Brasil, de Henrique Luis de Niemeyer Bellegard, que era uma tradução do homônimo de Ferdinand Denis. A partir da criação da disciplina separada da história geral, foi o livro de Southey que passou a ser consultado. O *Compêndio de História do Brasil* de Abreu e Lima passou a ser utilizado depois que Joaquim Manuel de Macedo assumiu a cadeira, entre 1850 e 1862, quando foi substituído por *Lições de História do Brasil*, do então professor de História do Brasil do CPII, o próprio Macedo.